



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO
Departamento de Qualidade Ambiental
Gerência de Qualidade do Ar
Coordenação da CAP-PROCONVE
SEPN 505 Bloco B, 1º andar - sala T-20 - CEP: 70730-542
TEL.: (61) 2028-2025 FAX (61) 2028-2252

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 414, DE 24 DE SETEMBRO DE 2009

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE CONTROLE DA POLUIÇÃO DO AR POR VEÍCULOS AUTOMOTORES - CAP/PROCONVE

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAP

Após a verificação do quorum necessário, foi iniciada às nove horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de outubro do ano de dois mil e onze, a quarta Reunião Ordinária da Comissão da Acompanhamento e Avaliação do PROCONVE (4ª RO), realizada na sala de reuniões do Hotel Holiday Inn, na cidade de São Paulo/SP. A 4ª RO da CAP contou com a presença dos seguintes representantes e suplentes: o Sr. Rudolf Noronha, do Ministério do Meio Ambiente-MMA na qualidade de Coordenador da CAP, o Sr. Ademilson Josemar Zamboni, Coordenador Suplente da CAP pelo Instituto de Energia e Meio Ambiente -IEMA, o Sr. Cláudio Ishihara, do Ministério das Minas e Energia - MME, o Sr. Adriano Augusto de Araújo Jorge, da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente - ABEMA, o Sr. Márcio Beraldo Veloso, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; o Sr. Márcio Schettino, da Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente - ANAMMA, o Sr. Jackson da Silva Albuquerque, da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP; o Sr. Vanderlei Borsari, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB e o Sr. Henry Joseph Júnior, pela Confederação Nacional da Indústria - CNI. Os demais presentes encontram-se listados no anexo I como parte integrante desta Ata.

Após a apresentação de cada membro integrante da mesa, o Sr. Coordenador da CAP saudou os presentes e agradeceu a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores - ANFAVEA, pelo apoio prestado na viabilização da realização da 4ª RO em data e local contíguo ao 18º Salão Internacional do Transporte - FENATRAN. Desta forma, permitindo aos senhores representantes da CAP conhecer *in loco* as tecnologias agregadas aos novos veículos pesados que se enquadram na Fase P7 do PROCONVE, cujo início se dará em janeiro de 2012.

O primeiro item da pauta foi a aprovação da Ata da 3ª RO, aprovada por unanimidade. Em seguida, o Sr. Coordenador procedeu um breve relato sobre o Relatório de Acompanhamento e Avaliação do PROCONVE, conforme determinação constante dos artigos 2º e 3º da Resolução CONAMA nº 414/2009. Explicitou que o referido relatório foi aprovado na Câmara Técnica de

Controle e Qualidade Ambiental - CTCQA do CONAMA, e posteriormente apresentado no Plenário daquele Conselho.

O segundo item versou sobre um relato da ANP, ANFAVEA, IBAMA e Petrobras sobre as providências normativas e executivas tomadas, desde a 3ª RO, no âmbito das obrigações assumidas por ocasião da assinatura do Acordo Judicial e para implementação da Fase P7 do PROCONVE.

O representante da ANP procedeu breve relato, cujos tópicos principais foram os seguintes: (a) dentre as providências imputadas a entidade pelo Acordo, ainda se encontra pendente a publicação de Resolução especificando o diesel "off-road", todavia informou que a norma em tela já se encontra em fase de minuta. (b) Outra informação prestada foi que a ANP já identificou e publicará, em breve, resolução determinando que 3 mil postos de combustíveis, localizados em regiões estratégicas do país, deverão comercializar o diesel S50 já no início de 2012. Informou ainda que "o compromisso é sempre ter um posto com S50 num raio de cem quilômetros". A referida resolução já se encontra em audiência pública. (c) Em resposta a questionamento realizado pelo representante da CETESB quanto a obrigatoriedade dos postos em questão virem a comercializar também o ARLA 32, o Sr. Jackson respondeu negativamente, já que o produto não se encontra sob a alçada daquela Agência Reguladora (pelo fato de não ser abrangido pela Lei do Petróleo). Ainda sob este aspecto, ratificou a informação que, segundo acordado, o IBAMA ficou responsável pela especificação do ARLA e o INMETRO pela conformidade da qualidade do produto. Em reforço a posição da ANP, o representante do MME, Sr. Cláudio Ishihara, reafirmou que os responsáveis pela escolha da nova tecnologia para atender a Fase P7 (*Selective Catalytic Reduction - SCR*) foram os fabricantes de veículos pesados, logo, esses deveriam garantir o abastecimento do ARLA32. Em resposta os fabricantes de motores, representados pela CNI, informaram que as concessionárias das marcas envolvidas deverão disponibilizar o agente redutor, todavia não haveria como obrigar os postos de combustíveis a fazê-lo. Ainda sob o tema, o representante da CNI, Sr. Henry Joseph Júnior, explanou que quando foi definida a tecnologia *SCR* para a Fase P7 do PROCONVE, incorrendo na necessidade do ARLA32 para viabilizá-la, este fato, por si só, gerou certa insegurança no país por parte das autoridades públicas e da própria iniciativa privada. Entretanto, no decorrer do tempo e com base nas experiências americana e européia, este temor foi superado, sendo, inclusive, favorecido pelo fato das empresas fabricantes do agente redutor em outros países estarem presentes também no Brasil. Assim, o Sr. Henry entende que esta preocupação já se acha superada e aproveitou para agradecer ao MME pelas sucessivas reuniões realizadas envolvendo a matéria em questão.

O relato seguinte foi do representante do IBAMA, tendo ratificado que todos os termos do Acordo Judicial, no que tange às questões de regulamentação, foram cumpridos por aquela Autarquia. O mesmo se aplica a questão das homologações dos veículos da Fase P7, cuja

comprovação pode se dar pela própria visita realizada no dia anterior a FENATRAN. Como fato novo, informou que os veículos leves a diesel, homologados como pesados e que compõem a Fase L6 do PROCONVE, devem atender aos novos limites da Fase P7. Ressalte-se que a comercialização desses veículos se dará a partir de janeiro de 2012.

Neste ponto, o Sr. Coordenador aproveitou para informar que o CONAMA, ainda neste exercício, aprovou duas novas Resoluções importantes relativas ao controle de emissões por fontes móveis, a saber: a Resolução CONAMA nº 432/2011, que versa sobre a nova fase do PROMOT (Fase M4), a vigorar a partir de janeiro de 2014; e a Resolução CONAMA nº 433/2011, que versa sobre os limites de emissão de máquinas rodoviárias e agrícolas, a vigorar a partir de 2015(denominado "PROCONVE-MAR"). Realizou também breve comentário sobre a Resolução CONAMA nº 418/2009, que se encontra em revisão objetivando um ajuste dos limites de emissão estabelecidos para os motocicletos e veículos similares fabricados a partir de 2010, para efeitos da inspeção anual realizada pelos Programas I/M. Por fim, explanou sobre a proposta de resolução do CONAMA, em fase de discussão na CTCQA, para regulamentar a responsabilidade dos fabricantes e importadores de veículos ou motores sobre as tecnologias utilizadas para o atendimento aos limites de emissão, estabelecidos pelos programas de controle de emissões veiculares - PROCONVE e PROMOT. Neste ponto, foi questionado pelo Sr. representante do MME sobre o motivo na elaboração de Resolução específica para máquinas agrícolas e rodoviárias, vez que, em face dos locais de utilização desses tipos de veículos (rodovias e área rural), a poluição atmosférica gerada, muito provavelmente, não seria significativa. Em resposta, o Sr. Coordenador explanou que, ao contrário das máquinas agrícolas, um grande percentual das máquinas rodoviárias presta seus serviços em áreas metropolitanas contribuindo, desta forma, para o aumento da poluição atmosférica nestas áreas. Não obstante, faz-se necessário que o Brasil possua algum regramento de limites de emissões para esses tipos de equipamentos, como já existente nos demais países. Ainda sobre o assunto, o Sr. Homero da CETESB ressaltou a importância da Resolução nº 433/2011 no estabelecimento de limites máximos de ruído para máquinas agrícolas e rodoviárias, minimizando, sobremaneira, a poluição sonora.

Dando continuidade aos relatos, o Sr. representante da CNI enumerou os seguintes tópicos: (a) Informou que todos os itens do Acordo Judicial em que os Fabricantes de Veículos constam como signatários foram, até a presente data, atendidos. Citou, como exemplos, a reavaliação e homologações dos veículos da Fase P7; a realização de depósitos judiciais em dinheiro em nome da CETESB (construção do laboratório de emissões) e do IBAMA (elaboração de estudo do potencial poluidor do S50 e S10 de referência); a realização de campanhas educativas para frotistas, condutores autônomos e formadores de opinião sob emissões de veículos a diesel; e o cumprimento dos limites de emissão estabelecidos na Fase P7. Questionado pelo Sr. representante do MME sob a disponibilização do ARLA 32 nas concessionárias, respondeu que a

comercialização dos veículos P7, num primeiro momento, deverá se dar para os grandes frotistas, mormente aqueles que assinaram o acordo e que, obviamente, somente irão adquirir os veículos caso haja disponibilidade do agente redutor nas concessionárias. Ainda complementando a resposta, informou que, no presente momento, as dúvidas que envolvem a Fase P7 estão muito mais voltadas a questões relativas a disponibilidade do diesel S50 no país no início de 2012, bem como do valor final deste combustível para o usuário. O Sr. representante do MME contrargumentou comunicando que a preocupação quanto ao abastecimento do ARLA não se resumiria aos grandes frotistas e sim com os pequenos consumidores. Encerrada a polêmica, seguiu-se a apresentação da Petrobras sobre o Plano de Abastecimento do Diesel S50 e S10 nos anos vindouros, e cuja íntegra se encontra em anexo.

A título de informes gerais, o Sr. Márcio Beraldo comunicou que na data de 17 de outubro de 2011, o IBAMA publicou a regulamentação do aplicativo "Serviços On-line INFOSERV" pertinentes ao PROCONVE/PROMOT como forma de agilização dos serviços relacionados a obtenção das LCVMs e LCMs.

Passo seguinte, o Senhor Coordenador, em cumprimento ao item (a) do inciso (I) do artigo 13 do Regimento Interno da CAP, colocou em deliberação as datas para as próximas Reuniões Ordinárias da Comissão para o ano de 2012, tendo ficado acordada as seguintes datas:

- **5ª RO - 14 de março de 2012**
- **6ª RO - 23 de outubro de 2012**

O último item da pauta versou sobre os mecanismos de avaliação do PROCONVE, em atendimento as determinações constantes do artigo Art. 3º da Resolução CONAMA Nº 414/2009, que versa sobre as informações que deverão conter o Relatório de Acompanhamento e Avaliação do PROCONVE, a saber :

"Art. 3º O Relatório de Acompanhamento e Avaliação do PROCONVE será apresentado ao CONAMA, anualmente, e conterá, no mínimo, as seguintes informações:

I - cronograma de acompanhamento do Programa, com ênfase no cumprimento dos prazos e obrigações estabelecidos nas resoluções do CONAMA e demais normas jurídicas afins;

II - análise da eficácia do programa com base em indicadores de desempenho; e

***III - recomendações para o aperfeiçoamento do programa."**(grifos nossos)*

Foi solicitado pelo Sr. Coordenador a todos os representantes que apresentassem propostas para o atendimento das determinações constantes do artigo em questão, notadamente, a relacionada à análise da eficácia do programa, tendo o IEMA apresentado as seguintes sugestões: (a) no tocante ao cronograma de acompanhamento, a entidade sugeriu que em todas as próximas reuniões da CAP fossem identificadas as obrigações que constam nas Resoluções pertinentes ao

PROCONVE e a verificação do seu cumprimento dentro dos prazos estipulados; (b) com relação a análise da eficácia do Programa, o Instituto sugeriu que esta se desse com base em **indicadores de desempenho** que levassem em conta a melhoria da qualidade do ar, a proteção a saúde humana e ao meio ambiente. Assim, no seu entendimento, os indicadores deveriam ser os **níveis de emissão por unidade de massa**, os **níveis de concentração de poluentes nas regiões Metropolitanas detentoras das maiores frotas**, além dos **indicadores de desempenho da frota nacional**.

Seguiu-se debate acalorado da proposta, que incluíram argumentos como, por exemplo, "o fato dos níveis de emissões já existirem por ocasião da homologação dos veículos", conforme alegou o representante da CNI; o receio do representante do MME de que a CAP venha a realizar "operações de fiscalização" por ocasião do descumprimento nos indicadores de desempenho; dúvidas se a avaliação do Programa deva se dar através dos indicadores de qualidade do ar ou pela melhoria da qualidade dos combustíveis e outros. Por fim, deliberou-se que o IEMA ficaria na coordenação de uma proposta para procedimentos de acompanhamento e avaliação do Programa e que todos os demais representantes poderiam indicar técnicos para participar da elaboração da proposta.

Não havendo nada mais a deliberar, a reunião foi encerrada por volta das 12 horas

Esta Ata vai assinada por mim, que a lavrei, e pelo Coordenador da CAP.

Brasília, 17 de novembro de 2011

João Bosco Costa Dias
Secretário

Rudolf de Noronha
Coordenador

ANEXO I

Lista de representantes presentes

1.	Rudolf Noronha(Coordenador) – MMA rudolf.noronha@mma.gov.br	2.	Ademilson J. Zamboni ademilson.zamboni@mma.gov.br
3.	João Bosco Costa Dias – MMA joao.dias@mma.gov.br	4.	Márcio Beraldo Veloso - IBAMA marcio.veloso@ibama.gov.br
5.	Cláudio Akiro Ishirara claudio.ishirara@mme.gov.br	6.	Vanderlei Borsari - CETESB vanderleib@cetesb.sp.gov.br
7.	Rui de Abrantes ruia@cetesbnet.sp.gov.br	8.	Jackson da S.Albuquerque jsalbuquerque@anp.gov.br
9.	Adriano Araujo Jorge adrianoaraujorge@yahoo.com.br	10.	Márcio Schettino mschettino@prefeitura.sp.gov.br

Lista de presentes

11.	Rudolf Noronha(Coordenador) – MMA rudolf.noronha@mma.gov.br	12.	Ademilson J. Zamboni ademilson.zamboni@mma.gov.br
13.	João Bosco Costa Dias – MMA joao.dias@mma.gov.br	14.	Márcio Beraldo Veloso - IBAMA marcio.veloso@ibama.gov.br
15.	Cláudio Akiro Ishirara claudio.ishirara@mme.gov.br	16.	Vanderlei Borsari - CETESB vanderleib@cetesb.sp.gov.br
17.	Rui de Abrantes ruia@cetesbnet.sp.gov.br	18.	Jackson da S.Albuquerque jsalbuquerque@anp.gov.br
19.	Adriano Araujo Jorge adrianoaraujojorge@yahoo.com.br	20.	Márcio Schettino mschettino@prefeitura.sp.gov.br
21.	Paschoal Falconi Júnior paschoal@petrobras.com.br	22.	Kamyla Borges Cunha kamyla@energiaeambiente.org.br
23.	Henry Joseph Junior henry.joseph@volkswagen.com.br	24.	Elias Morgan emorgan@iema.es.gov.br
25.	Sérgio A. M. Fontes sergiofontes@petrobras.com.br	26.	Laerte Granen laerte.granen@volkswagen.com.br

ANEXO II

Apresentação da ANP

ANEXO II

Apresentação da Petrobrás